

Leopoldo Silva



Debate de líderes: José Agripino (E) conversa com Romero Jucá e Arthur Virgílio (D)

Bancada do PSDB anuncia que votará contra a CPMF

Os senadores do PSDB decidiram votar contra a prorrogação da CPMF. A bancada rejeitou a contraproposta do governo de isentar da contribuição quem recebe até R\$ 4.340 por mês. O presidente interino do Senado, Tião Viana, prevê uma disputa acirrada entre governo e oposição. Kátia Abreu,

contrária à prorrogação da CPMF, deverá entregar seu relatório à CCJ na próxima segunda-feira. Aloizio Mercadante e o líder do governo, Romero Jucá, afirmaram que as negociações devem prosseguir. Cristovam Buarque advertiu que o PDT poderá votar contra a CPMF. **Páginas 2 e 3**

Regras para estágio e trabalho no domingo

Plenário aprova diversas matérias, como a permissão a estados e municípios para executar obras com recursos do PAC e a simplificação para abrir empresa

Os senadores destrancaram a pauta, aprovando duas medidas provisórias e dois projetos de lei de conversão. Essas matérias tratam da transferência de recursos do PAC a estados e municípios, aumento de salário para

servidores da Polícia Federal, criação de cargos no Executivo e regulamentação do trabalho nos domingos e feriados. Foram acolhidos ainda projetos regulamentando o estágio estudantil e facilitando a abertura de empresas. **Páginas 4 e 5**

Leopoldo Silva



Em Plenário, o presidente interino do Senado, Tião Viana (E), conversa com o senador José Sarney

Terceiro mandato prejudica a democracia, afirma Osmar

Página 6

Comissões do Senado discutem hoje adulteração do leite

Página 7

Comissão aprova relatório preliminar ao Orçamento de 2008

Página 6

Isenção de imposto para material escolar

A Comissão de Educação aprovou projeto de José Agripino que isenta material escolar de tributação do PIS/Pasep e da Cofins. **Página 8**

Impresso Especial
5362005/DR/808
SENADO FEDERAL
CORREIOS



Cristovam (E) preside reunião que aprovou também incentivo a estágio



Jane Araújo

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia Interlegis e Tebet

Às 11h, sessão especial homenageia os dez anos do Programa Interlegis. A partir das 14h, os senadores lembram o primeiro ano do falecimento de Ramez Tebet e analisam pauta cujo primeiro item é o projeto de lei complementar, de autoria do então senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Cade para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional.

Restrição à venda de bebidas alcoólicas

O projeto de lei que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas para consumo imediato em postos de gasolina é um dos itens na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h. Além dessa, há outras 17 proposições em exame.

A ciência como meio de promover a paz

Audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), às 9h, debate a importância da ciência como meio de promoção da paz e do desenvolvimento. Foram convidados para a discussão o representante no Brasil da Unesco, Vincent Defourny; o pesquisador Jefferson Simões; o membro da SBPC Lauro Morhy; e o diretor do Ministério da Ciência e Tecnologia Ildeu de Castro Moreira.

Contaminação do leite é debatida por comissões

As ocorrências de leite contaminado com produtos nocivos à saúde serão discutidas, às 11h, pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), de Meio Ambiente (CMA) e de Direitos Humanos (CDH), em audiência pública. Estão convidados para esse debate o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes; os presidentes da Leite Brasil, Jorge Rubez, e do Brasilcon, Leonardo Bessa; e o diretor do Ministério da Justiça Ricardo Morishita Wada.

Zoneamento para o cultivo da cana-de-açúcar

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis reúnem-se, às 10h, para ouvir entre outros, o ministro da Agricultura e o presidente do Sindicato do Açúcar de Alagoas, Pedro Nogueira, sobre o zoneamento agrícola para cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. No mesmo horário, a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social debate a regionalização da programação nas emissoras de rádio e TV.

Comunidade Virtual

A partir das 16h, ocorre a comemoração dos dez anos da Comunidade Virtual do Poder Legislativo – Programa Interlegis. Será dado o nome de Senador Antonio Carlos Magalhães ao auditório do Interlegis e lançada a Biblioteca Básica do Interlegis.

Programação regional

Às 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza a segunda audiência pública para discutir projeto sobre o percentual dos programas com conteúdo regional nas emissoras de rádio e TV e sobre a produção independente nessas emissoras.

Senador condiciona exclusão da DRU, que retira recursos da educação, ao apoio de partido à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

PDT poderá votar contra a CPMF, adverte Cristovam

O governo poderá perder os votos do PDT quando o Senado deliberar sobre a prorrogação da CPMF. O alerta foi feito pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ao explicar que, se não for excluída a manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) da proposta que trata da CPMF, a maioria dos senadores do seu partido votará contra.

Cristovam calculou que a DRU, somente este ano, subtrairá R\$ 4 bilhões do orçamento da educação. Em 12 anos de existência do dispositivo, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, o Executivo empregou em outras finalidades R\$ 72 bilhões do total de verbas destinado à área. Constitucionalmente – graças a emenda do então senador João Calmon aprovada pelo Congresso –, União, estados e municípios



Fotos: Leopoldo Silva

Cristovam: DRU retira este ano R\$ 4 bilhões da verba do Ministério da Educação

têm que aplicar um percentual obrigatório de suas receitas em educação. A DRU desobriga a aplicação de 20% do total que deveria ser investido por ente federativo.

– Sou até capaz de aceitar que a CPMF continue tirando dinheiro do bolso da gente para ser aplicado em bons investimentos,

mas não aceito que se continue roubando verba destinada à educação.

Para Cristovam, querer exigir que ele aprove uma medida que subtrai recursos da educação seria o mesmo que obrigar um católico ou protestante a votar a favor da legalização do aborto.

Na presidência dos trabalhos, Mão Santa (PMDB-PI) manifestou estranheza pelo fato de o PDT ter, há algum tempo, anunciado que fecharia questão a favor da CPMF sem que nem sequer tenha sido apresentado o parecer da relatora na CCJ.

Em apartes, Expedito Júnior (PR-RO) disse esperar que os senadores do PDT votem contra a CPMF e a DRU. Gerson Camata (PMDB-ES) destacou que os recursos da contribuição têm sido desviados da saúde.

Mão Santa apela ao PSDB para que rejeite prorrogação

Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo aos senadores do PSDB para que se mantenham na oposição e votem contra a prorrogação da CPMF. Ele lembrou o papel relevante dos tucanos como oposição ao governo do presidente Lula.

– O PSDB hoje simboliza a oposição e, se fraquejar, o povo deixará de acreditar na oposição.

O senador também ressaltou que, com um possível enfraquecimento da oposição, poderá ganhar

força a proposta de um terceiro mandato para Lula, defendida por integrantes do PT.

Mão Santa manifestou-se contrário a qualquer tipo de acordo para assegurar a prorrogação da CPMF e defendeu recursos permanentes, previstos na Constituição federal, para a melhoria da saúde. Ao afirmar que a saúde no Brasil nunca enfrentou tantos problemas, ele alertou para o avanço de doenças como a dengue e a malária, em diferentes regiões.



Mão Santa: “Se o PSDB fraquejar, o povo deixará de acreditar na oposição”

– Não podemos instituir a copa da malandragem, o campeonato da safadeza – frisou ele.

Em aparte, Osmar Dias (PDT-PR) apoiou Mão Santa.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Mão Santa e Gerson Camata

Decisão dos tucanos de rejeitar proposta do governo não significa fim das negociações, segundo Romero Jucá. Mas Tião Viana prevê disputa acirrada na votação

Viana saúda diálogo, mas prevê disputa acirrada em votação

O presidente interino do Senado, Tião Viana, prevê uma disputa acirrada entre governo e oposição na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Viana afirmou que as discussões em torno da matéria são muito boas para a democracia, mas que ainda considera a questão “frágil”.

– Acho que é uma matéria delicada, tanto para o governo quanto para a oposição. Dizer que uma das partes já ganhou seria precipitação e acho que haverá uma disputa acirrada.

O senador manifestou seu entendimento de que o trabalho dos líderes partidários, o debate e a defesa de convicções são muito importantes na condução dessa votação.

– Tem havido muitas reuniões entre governo e senadores, entre governo e oposição, e acho que isso faz parte de um bom debate, muito bom para a democracia e para o campo ético, porque é dialogando que se constrói o caminho mais adequado, mais

maduro e mais representativo.

Saúde

Sobre a lei complementar à Emenda 29 – dispositivo constitucional que define os recursos para a saúde –, Tião Viana disse que pretende ver essa matéria votada ainda nesta semana. E explicou que, se o Senado aprovar um texto semelhante ao aceito pela Câmara, não será preciso que a matéria volte para lá, o que apressará sua vigência.

– Se depender de mim, essa matéria poderá ser votada ainda nesta semana. Nós temos é que conciliar um texto que seja semelhante ao da Câmara, caso seja esse o entendimento dos líderes – destacou o presidente interino.

Tião Viana informou ter conversado na segunda-feira, por telefone, com o presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, que retomava suas atividades de senador na Casa. Indagado se Renan tratou com ele da prorrogação de sua licença na Presidência, Tião Viana afirmou que não havia necessidade de discutirem isso, visto que a licença só se encerra no próximo dia 26.

Kátia espera rejeição de proposta, que terá relatório na segunda-feira

O relatório da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) sobre a prorrogação da CPMF será apresentado na segunda-feira, em reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), marcada para as 14h.

A informação é do presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), que anunciou a decisão após reunião com o presidente interino no Senado, Tião Viana, e o líder do DEM, senador José Agripino (RN). Os passos subsequentes, de acordo com Maciel, só serão definidos posteriormente, e a posição do partido não sofreu alteração.

– A senadora [relatora] continua com a posição, que também é do partido, o primeiro a fechar questão contra a prorrogação da CPMF – declarou.

Confiança

Em discurso no Plenário, Kátia Abreu manifestou sua confiança na rejeição do texto do governo. Ela afirmou que a CPMF é uma fonte de arrecadação indevida.



Kátia: dinheiro não custeia saúde e, sim, a máquina do governo federal

A senadora enfatizou que a CPMF leva anualmente para os cofres do governo cerca de R\$ 40 bilhões, que, em vez de serem destinados à saúde, finalidade para a qual foi criado o tributo, servem para fazer frente aos gastos do governo com a máquina estatal.

A parlamentar observou que as audiências públicas realizadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para discutir a CPMF aumentaram sua própria convicção de que a contribuição é uma afronta à população brasileira.

Bancada do PSDB decide votar contra prorrogação da CPMF

A bancada do PSDB no Senado decidiu ontem votar contra a proposta de emenda constitucional que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. O partido rejeitou a contraproposta do governo, apresentada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de isentar da contribuição quem recebe até R\$ 4.340 por mês. O presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), classificou a proposta como insatisfatória e disse que, nesses termos, as negociações estão encerradas.

– A bancada avaliou que a proposta não é condizente com o princípio de reduzir a carga tributária. Ela está tão distante do que propusemos que é impossível continuar a negociação – frisou.

De acordo com o presidente do PSDB, a proposta do governo não desonerou os tributos pagos pelas pessoas jurídicas e diminuiu pouco o que é pago pelas pessoas físicas. O senador calculou que, na prática, a desoneração proposta pelo governo não representaria mais do que R\$ 500 milhões, já que a arrecadação com CPMF em 2008, segundo ele, poderá ser de R\$ 41,5 bilhões – R\$ 1,5 bilhão acima do que vem sendo previsto. A renúncia do governo, seria, assim, quase totalmente compensada. Jereissati afirmou, no entanto, que o partido pode rever sua posição caso seja apresentada uma proposta melhor.

Com a decisão tomada ontem,

Mercadante quer manter isenção e Jucá diz que ainda busca acordo

O governo manterá sua proposta de isentar da CPMF quem ganha até R\$ 4.340, segundo informou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A proposta, anunciada ontem pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi rejeitada pelo PSDB (veja matéria acima).

– A proposta será mantida, porque tem o apoio de todas as lideranças da base. Nós manteremos o diálogo para ver se encontramos alguma solução que assegure o apoio do PSDB – afirmou o senador petista.

Mercadante disse que a pro-



Os senadores do PSDB consideram insuficiente a contraproposta do governo

o PSDB se junta ao Democratas, que também definiu posição contrária à aprovação da PEC 89/07. Juntos, os dois partidos têm 27 votos no Senado. Para aprovar a PEC, são necessários 49, de um total de 81, em cada um dos dois turnos de votação.

Negociação

Em discurso no Plenário, à noite, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que, embora seu partido não tenha aceitado a proposta do governo para apoiar a prorrogação da CPMF, valeu a pena negociar.

– Que não acusem o PSDB de não querer negociar. Fomos com muita humildade por três vezes ao Ministério da Fazenda, sob críticas – observou o senador.

Arthur Virgílio ressaltou que a proposta feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega – de isentar do pagamento do tributo quem ganha até R\$ 4.340 mensais –, não atende às expectativas do

partido e não traz benefício real ao contribuinte e ao setor produtivo. O senador lembrou que a proposta apresentada pelo PSDB previa mais recursos para a saúde, enquanto a oferta do governo foi uma “tentativa meio medíocre, meio canhestra”, de tentar a aprovação da CPMF.

Gastos

Arthur Virgílio explicou que o partido propôs o enquadramento da União na Lei de Responsabilidade Fiscal e que o governo aceitou. O líder afirmou que o PSDB cobrou a redução progressiva da alíquota da CPMF, mas que o governo se fixou na proposta de desoneração por meio do aumento da faixa de isenção das pessoas físicas. “Isso não resolve a questão porque a CPMF continuaria onerando o processo produtivo”, assinalou.

O parlamentar salientou que o seu partido também não abre mão de uma reforma tributária real.



Mercadante: isenção para quem ganha menos tem apoio da base governista

Queimamos uma etapa hoje, mas temos muitos procedimentos pela frente. Mais do que votos para aprovar, queremos ter uma proposta que seja do Senado, e seja voltada para melhorar o sistema tributário – afirmou o líder do governo.

Acordo garante aprovação de quatro medidas provisórias

Acordo entre governo e oposição garantiu ontem a aprovação pelo Plenário, após quase três horas de discussão, de projeto de lei de conversão da medida provisória que viabiliza a execução, por estados e municípios, de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mediante assinatura prévia de termo de compromisso com a União. Na

mesma sessão, foi acolhido projeto de lei de conversão da MP que regulamenta o trabalho no comércio aos domingos e feriados. Duas MPs foram aprovadas sem mudança: a que concede aumento aos integrantes da carreira da PF (delegados, peritos, escrivães, agentes policiais e papiloscopistas) e a que cria 300 cargos de analistas e especialistas em infra-estrutura.

Também recebeu aprovação projeto de lei que simplifica o registro de empresas e estimula a formalização das atividades econômicas. Outra proposta aprovada fixa novas regras para o estágio de estudantes de instituições de educação superior, educação profissional, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos.

Aumento de salário na Polícia Federal vai à promulgação

A medida provisória que concede aumento salarial aos integrantes da carreira da Polícia Federal – delegados, peritos, escrivães, agentes policiais e papiloscopistas – foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. A MP estabelece ainda que os servidores originários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) lotados no quadro de pessoal do Ministério da Saúde terão até 31 de dezembro deste ano para optar pelo ingresso na carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Na mensagem que acompanha a medida provisória (386/07), o Executivo destaca a atuação da PF no combate ao crime e afirma ser necessário “tornar mais atrativa” a remuneração dos cargos da instituição, de forma a garantir o recrutamento de profissionais capacitados e a retenção dos selecionados. A urgência da MP, conforme argumentação do Executivo, decorreu da necessidade de reforço das ações governamentais na área de segurança pública, como determina o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

O governo prevê que o aumento dos salários dos integrantes da PF terá um custo de R\$ 68,9 milhões este ano; de R\$ 470,1 milhões em 2008; R\$ 573,7 milhões em 2009; e R\$ 580,3 milhões em 2010. A medida beneficia 17.283 servidores da PF, dos quais 10.156 são ativos, 3.739 aposentados e 3.388 pensionistas.

Funasa

A reabertura de prazo para que os servidores da Funasa possam optar pelo ingresso na carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, conforme explica a mensagem, conta com recursos orçamentários assegurados.

O relator da MP, senador Edison Lobão (PMDB-MA), apresentou parecer favorável, rejeitando as 30 emendas que haviam sido apresentadas na Câmara. A matéria vai à promulgação.



Agripino (3º à esq.), Romero Jucá e Jereissati negociam mudanças na medida provisória, que voltará ao exame da Câmara

Leonardo Silva

Criação de cargos para infra-estrutura passa no Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que cria 300 cargos da carreira de especialista em infra-estrutura sênior (84) e analista em infra-estrutura (216), e cuja lotação ficará a cargo do Ministério do Planejamento. Os cargos serão preenchidos por meio de concurso público, que poderá ser realizado por fases, respeitando critérios relativos às áreas de especialização.

O vencimento do especialista em infra-estrutura sênior foi fixado em R\$ 5.632,61. Já para analista em infra-estrutura, foram estipulados vencimentos que vão de R\$ 5.151 a R\$ 2.906,66.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), ao relatar em Plenário a medida provisória (MP 389/07), justificou a necessidade da criação dos cargos em seu voto favorável.

Senadores acolhem simplificação do registro de empresa

Projeto que facilita o registro de empresas e estimula a formalização das atividades econômicas foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A proposta cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que será integrada por órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no processo de registro de empresas.

Como forma de agilizar os processos, a matéria (PLC 115/06) estabelece uma única entrada de documentos e dados, o que deverá evitar a duplicidade de procedimentos e reduzir custos. A proposta, que será enviada à sanção presidencial, prevê, entre outras inovações, a simplificação de registros de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção de incêndios.

Execução de obras do PAC por estados e municípios

Depois de quase três horas de discussão, uma negociação entre governo e oposição possibilitou a aprovação da Medida Provisória 387/07, que cria a figura da “transferência obrigatória de recursos financeiros” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para estados e municípios, além de definir “a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)”.

A medida permite que estados e municípios executem obras com recursos do PAC, mediante assinatura prévia de termo de compromisso com a União. Como o texto enviado pela Câmara sofreu alterações no Senado (PLV 35/07), a matéria voltará ao exame dos deputados.

O maior problema apontado na MP era o parágrafo único do artigo 1º, que remetia aos referidos recursos financeiros o disposto no parágrafo 2º do artigo 9º da Lei Complementar 101/00, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse parágrafo estipula que “não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente (federado), inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço

da dívida e as ressalvas pela lei de diretrizes orçamentárias”.

Inadimplência

A oposição considerou que o parágrafo permitia ao governo não só repassar os recursos a estados e prefeituras inadimplentes, como também fazê-lo em período eleitoral. Os senadores opositores criticaram ainda a possibilidade de os recursos servirem até para pagamento de pessoal.

Após protestos dos líderes do DEM, senador José Agripino (RN); do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM); e dos senadores do PSDB Alvaro Dias (PR), Lúcia Vânia (GO), Marconi Perillo (GO), Mário Couto (PA) e Marisa Serrano (MS), além do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), o relator-revisor no Senado, Francisco Dornelles (PP-RJ), concordou em apresentar emenda retirando o parágrafo único.

Dornelles já havia se manifestado contra as modificações efetuadas na MP pelos deputados, que a transformaram no PLV 33/07, número com o qual começou a tramitar no Senado. As alterações da Câmara permitiam o repasse de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) a entidades privadas

sem fins lucrativos, desde que seus objetivos estivessem em consonância com os do fundo. O relatório de Dornelles desconsiderava o PLV 33/07, pedindo a aprovação da MP que lhe deu origem, editada no final de agosto.

A retirada do parágrafo único por Dornelles pacificou a oposição, embora Arthur Virgílio tenha dito anteriormente que os artigos 1º ao 7º não poderiam ser introduzidos no ordenamento jurídico por meio de medida provisória, sob o argumento de que este instrumento legal não pode versar sobre princípios orçamentários e orçamento. Ao anunciar a retirada do parágrafo pelo relator, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que as transferências já realizadas a estados e municípios no âmbito da MP foram feitas sem discriminação política. A aprovação da MP também foi defendida pelo senador João Pedro (PT-AM).

Com o entendimento, José Agripino afirmou que a MP carrega um mérito: obriga a liberação de recursos financeiros para execução de obras do PAC.

– Ela cria a compulsoriedade do que foi prometido de benefícios para o Brasil – frisou.

Senado aprova novas regras para estágio estudantil

Depois de muita polêmica, o Senado alcançou o consenso e aprovou, ontem, substitutivo a projeto que regulamenta o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e da educação de jovens e adultos. A proposta (PLS 473/03) segue, agora, para apreciação da Câmara dos Deputados.

O entendimento foi firmado pelos senadores de Santa Catarina Raimundo Colombo (DEM), relator da matéria na Comissão de Educação (CE), e Ideli Salvatti (PT), relatora na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e resultou na rejeição ao projeto de lei da Câmara (PLC 44/07), de iniciativa da Presidência da República, que tramitava em conjunto com o PLS 473/03, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR).

De acordo com o substitutivo, que também incorporou emendas de Plenário, o estágio poderá ser ou não obrigatório, mas não cria vínculo empregatício. A instituição concedente do estágio deverá oferecer seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, obrigado

a apresentar relatório semestrais dessa atividade. Além de órgãos públicos e empresas privadas, poderão contratar estagiários profissionais liberais de nível superior registrados no respectivo conselho profissional.

Em relação à jornada de estágio, será de quatro horas diárias e 20 horas semanais no caso de estudantes de educação especial e de educação de jovens e adultos. Para os estudantes do ensino superior, da educação profissional e do ensino médio, foi estipulada carga horária de seis horas diárias e 30 horas semanais. A duração máxima do estágio na mesma empresa será de dois anos (exceto para estagiário com deficiência) e, nos estágios com duração igual ou superior a um ano, é garantido recesso de 30 dias.

Durante a discussão da proposta, Osmar Dias agradeceu a Raimundo Colombo e a Ideli por terem reconhecido a precedência de seu projeto em relação ao do governo. Enquanto o relator na CE assinalou o mérito da proposta ao ampliar a proteção ao estagiário e dar mais segurança às agências intermediadoras do es-

tágio e às empresas contratantes, Ideli disse esperar que o projeto seja sancionado pelo presidente Lula até 7 de dezembro, quando a “obsoleta” lei de estágio em vigor completa 30 anos.

Bolsa para aperfeiçoamento

O senador José Agripino (DEM-RN) também apoiou a iniciativa e comemorou a aprovação pela CE, em decisão terminativa, de projeto de sua autoria (PLS 177/02) que cria uma Bolsa de Aperfeiçoamento Profissional (BAP) no valor de R\$ 200 mensais, a ser financiada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para remunerar estágios em universidades e empresas. Agripino destacou que sua proposta aponta uma fonte de recursos para financiar bolsas de estágio (veja matéria na página 8).

A aprovação da nova regulamentação do estágio estudantil foi elogiada ainda pelos senadores Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Cristovam Buarque (PDT-DF), Renato Casagrande (PSB-ES), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Heráclito Fortes (DEM-PI), Mão Santa (PMDB-PI) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Depois de dez dias, o presidente licenciado da Casa volta a participar de uma sessão plenária e a falar aos jornalistas



Renan (E, cumprimentando Inácio Arruda): voltei para atender expectativas de quem me elegeu

Estou trabalhando para provar minha inocência, diz Renan

O presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que tem como prioridade no momento provar sua inocência nos quatro processos que correm contra ele no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– Estou colhendo material para que tudo fique sobejamente explicado – afirmou ele ontem.

Depois de dez dias em licença médica, Renan voltou ao Senado na segunda-feira, mas só ontem compareceu à sessão plenária, que foi presidida por Tião Viana, e voltou a dar declarações aos jornalistas. O senador não quis comentar a possibilidade de renúncia ao cargo de presidente, e frisou que não está participando da discussão sobre sua sucessão.

– Ela ocorre paralela a mim. E, como vocês sabem, as paralelas

nunca se encontram. A cada dia, sua agonia. Voltei ao trabalho, para atender às expectativas dos que me elegeram. O dia 25 ainda está muito longe – completou, referindo-se ao último dia de sua licença da Presidência da Casa.

Conselho

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), disse que acredita numa solução rápida para os processos que correm contra Renan. Até o dia 14, João Pedro (PT-AM) e Jefferson Péres (PDT-AM), relatores da segunda e da terceira representação, respectivamente, devem entregar seus pareceres.

Segundo Quintanilha, o relator da quarta representação, Almeida Lima (PMDB-SE), prometeu acelerar o trabalho. A quinta representação ainda não tem relator.

Acatada MP que regulamenta trabalho aos domingos

O Senado aprovou ontem projeto de lei de conversão que regulamenta o trabalho no comércio aos domingos e feriados, desde que autorizado em convenção coletiva de trabalho. A proposta é resultante da Medida Provisória 388/07, segundo a qual os comerciários terão direito a uma folga no domingo a cada período máximo de três semanas.

A matéria volta à Câmara para apreciação, já que o relator-revisor da matéria, senador Paulo Paim (PT-RS), acolheu emenda dos deputados Paulo Pimenta (PT-RS) e Manuela d'Ávila (PCdoB-RS). A emenda inclui hipermercados e supermercados entre os estabelecimentos do comércio atingidos pela MP. Eles justificam que a alteração se faz necessária para evitar que trabalhadores desses tipos de estabelecimentos fiquem sujeitos a incertezas. Segundo o Ministério do Trabalho, a medida favorece a 8 milhões de trabalhadores em todo o país e deve aumentar a geração de empregos formais no setor, já que será necessária a contratação de mais funcionários para cumprir as escalas de trabalho aos domingos.

Paim lembrou que o teor da medida provisória é uma reivindicação antiga tanto de empresários



Emenda inclui super e hipermercados entre os estabelecimentos atingidos pela medida

do setor como dos trabalhadores. Ele destacou que houve um amplo entendimento para a redação do texto final da matéria.

Folgas

A legislação atualmente em vigor, a Lei Federal 10.101/00, estabelecia um dia de folga após três domingos trabalhados. Esse dia de descanso geralmente era concedido em qualquer dia útil da semana. O trabalho no comércio nos feriados só será permitido por meio de autorização expressa em convenção coletiva. A abertura das lojas nos domingos e feriados,

no entanto, continua dependendo de autorização de lei municipal.

A violação dessas normas, segundo a medida provisória, será punida com multas que variam de três a 300 vezes o valor de referência regional, segundo a natureza da infração, sua extensão e a intenção de quem a praticou. A multa poderá ser aplicada em dobro no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade. Essas disposições estão previstas no Artigo 75 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), adotadas pela MP.

Parlamentares lamentam morte do jornalista Celson Franco

O falecimento do jornalista Celson Franco, ocorrido na manhã de ontem, foi lamentado ontem no Plenário do Senado. Heráclito Fortes (DEM-PI) apresentou requerimento de pesar e lembrou que Franco construiu sua carreira em sucursais de jornais e revistas de Brasília, e chegou a conquistar um Prêmio Esso.

Natural de Araçuaí (MG), o jornalista destacou-se, de acordo com Heráclito, na cobertura política, especialmente nos anos da transição para o regime demo-

crático. Nos últimos anos, atuava como assessor de imprensa na Câmara dos Deputados, onde foi diretor de Comunicação.

– Em todos os locais de trabalho e de convivência profissional, com colegas, chefes ou fontes, era querido e respeitado, e, por isso, nós hoje lamentamos sua morte prematura – disse o senador.

Aloízio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), associaram-se à manifestação de pesar.

Acordo que aumenta valor das emendas individuais dos parlamentares para R\$ 8 milhões, fechado à tarde, viabiliza a aprovação de documento elaborado pelo deputado José Pimentel

Comissão aprova relatório preliminar ao Orçamento da União para 2008

Os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovaram ontem à noite o relatório preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2008, ressalvados os destaques. Devido a acordo fechado no meio da tarde entre as lideranças partidárias, o relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), alterou seu parecer para aumentar o valor das emendas individuais de parlamentares para R\$ 8 milhões.

Com isso, R\$ 4,752 bilhões serão destinados para as emendas indivi-

duais, podendo cada parlamentar apresentar até 25 emendas, com o total máximo de R\$ 8 milhões. As emendas coletivas (bancadas e comissões) ficam com R\$ 6,306 bilhões: 25% serão destinados para as bancadas estaduais, 55% para as relatorias setoriais e 20% para o relator-geral. Das 225 emendas apresentadas, José Pimentel acolheu 62, a maioria delas aprovadas parcialmente pelo relator.

José Pimentel informou que o governo federal vai leiloar em 2008 terrenos

e imóveis da União com o objetivo de cumprir o teto de despesas com a área de saúde. Segundo o deputado, o governo pretende, com esses recursos, complementar os recursos da saúde, ampliados em R\$ 4 bilhões de acordo com a regulamentação da Emenda 29, aprovada na Câmara dos Deputados.

Depois das 23h, os parlamentares continuaram a reunião da CMO para apreciação de projetos de lei que abrem créditos extraordinários para ministérios.



Ana Lúcia, Inácio Arruda, Raimundo Colombo, Daniel Balaban e Gil Pinto durante audiência na CPI sobre a transferência de recursos dos fundos setoriais

Fundos negam transferência de verbas para ONGs

Dois fundos governamentais – o de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o de Assistência Social (FNAS) – negaram ontem que transfiram recursos para organizações não-governamentais (ONGs). Em depoimento à CPI das ONGs, o presidente do FNDE, Daniel Silva Balaban, explicou que o Ministério da Educação só fez repasse de recursos para essas organizações até 2006. Disse ainda que os convênios com irregularidades, detectadas em auditorias, foram interrompidos.

De acordo com Balaban, até 2006 os recursos eram destinados principalmente a ONGs que alfabetizavam pessoas em locais onde o Estado não tinha estrutura para desempenhar a tarefa. Atualmente, afirmou o dirigente,

o FNDE atende a 130 mil escolas e o dinheiro é repassado diretamente à conta de cada colégio.

Balaban informou que, de 1999 a 2003, a ONG que mais recebeu recursos do Ministério da Educação foi a Alfabetização Solidária. Em 2004 e 2005, foi o Serviço Social da Indústria (Sesi) e, em 2006, o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa).

A representante do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Ana Lúcia Gomes, afirmou que os recursos são repassados a fundos congêneres de estados e municípios. Como os convênios são feitos diretamente com as prefeituras e os estados, Ana Lúcia não soube apontar nenhuma ONG

envolvida em irregularidades.

Novas audiências

A CPI das ONGs começou a ouvir ontem à tarde o coordenador-geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Manoel Eugênio Guimarães de Oliveira. O depoimento sobre a aplicação de recursos do FAT, suspenso para os senadores participarem da ordem do dia no Plenário, deverá ter continuidade hoje, a partir das 14h. A comissão também pretende ouvir o representante da Fundação Banco do Brasil, Jaques de Oliveira Pena, cujo depoimento também estava previsto para ontem à tarde.

Guimarães de Oliveira chegou a fazer uma explanação sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Terceiro mandato prejudica a democracia, afirma Osmar Dias



Osmar: "Os que estão defendendo a mudança são próximos do presidente"

Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que a tese de um terceiro mandato presidencial prejudica o país, por impedir a renovação de idéias e projetos fundamentais para a democracia. O senador fez a avaliação ao contestar notícias de que a hipótese de um terceiro mandato

já teria sido descartada pelos aliados do governo, visto que o presidente Lula a teria desautorizado.

– Mas não é bem assim. Os que estão defendendo e apresentando proposta ou de plebiscito ou de mudança na Constituição são deputados e senadores próximos do presidente – observou Osmar Dias, reiterando que o PDT é “radicalmente contra” um terceiro mandato, conforme anúncio feito na semana passada pelo parlamentar ao presidente do partido e atual ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em reunião da qual também participaram os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Osmar Dias disse que não entendeu o fato de o PT ter sido contrário à reeleição de Fernando Henrique Cardoso e defendido a reeleição de Lula.

– Quando o PSDB aprovou a reeleição, eu me manifestei contra desde o princípio. O PT fez discursos violentos contra a reeleição. E o PT estava certo naquele época. Agora o PT quer, além da reeleição, uma outra reeleição, o que significaria um terceiro mandato – ressaltou.

Para Osmar Dias, o Brasil estaria “copiando, e mal, a Venezuela de Hugo Chávez” com a adoção de um terceiro mandato presidencial. Ele frisou que a maioria dos senadores condena Chávez pela forma ditatorial com que governa aquele país, mas que muitos de seus críticos consideram “natural” que Lula reivindique um terceiro mandato.

O senador lembrou que já disputou uma eleição contra quem estava no governo e que, nessas oportunidades, a máquina pública costuma ser usada de forma “absurda e abusiva” contra aquele que quer a renovação política. Segundo Osmar Dias, quem está no governo sofre a “tentação de utilizar-se de funcionários comissionados que vão para as ruas, trabalhar a candidatura” de quem está pleiteando a continuidade no cargo.

– Se formos verificar, nos estados, os contratos realizados após a reeleição, vamos verificar que há uma imensa coincidência entre as empresas que financiaram a campanha da reeleição e as que ganharam as concorrências e licitações públicas naquele estado, depois da reeleição.



Tião Viana (D) conversa com Zulay Zambrano, Ana Lúcia Reis e João Pedro

Tião Viana recebe integrantes do Parlamaz

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu na manhã de ontem parlamentares sul-americanos integrantes do Parlamento Amazônico (Parlamaz), que, acompanhados do senador João Pedro (PT-AM), discutiram com ele a revitalização desse colegiado. Oriundos da Bolívia, da Venezuela e do Peru, esses parlamentares cobram a

reativação do Parlamento para melhor combater as interferências externas na Amazônia.

Na saída da audiência, João Pedro referiu-se a reunião que o Parlamaz realizará em março de 2008, em Caracas (Venezuela). O Brasil não formalizou ainda sua participação no encontro. O senador defendeu uma presença mais efetiva do país nesse orga-

nismo, inclusive com a designação do seu vice-presidente.

– É preciso darmos vida a um Parlamento que é importante para a nossa região. Nós precisamos não só participar, mas participar formalmente, designando cinco membros para o organismo. Enfim, nós precisamos sentar e definir a composição e a representação do Brasil no Parlamaz.

Leopoldo Silva



Paim defende projeto de sua autoria que extingue o fator previdenciário

Paim lamenta que fórum sobre Previdência termine sem consenso

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou o fato de o Fórum Nacional da Previdência Social ter chegado ao fim sem alcançar o consenso. Ele disse que o objetivo principal do debate entre representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do governo seria encontrar soluções para o controle do déficit crescente da

Previdência, conforme alega o Executivo.

– Após 12 reuniões, o fórum concluiu as atividades sem consenso. Foi elaborado um relatório em que são feitas recomendações genéricas sobre alguns pontos em que houve acordo.

Paim relatou que foram discutidos temas como a idade mínima para a aposentadoria dos

trabalhadores do setor privado; a limitação do valor das pensões; e a desvinculação do piso previdenciário em relação ao salário mínimo. Ele parabenizou os trabalhadores e aposentados por pedirem o fim do fator previdenciário e por se recusarem a negociar uma reforma da Previdência que venha a retirar direitos.

Paim lembrou ser autor do pro-

jeto (PLS 296/03) que extingue o “famigerado fator previdenciário”, que reduz o valor inicial da aposentadoria dos que já estão no sistema previdenciário. E informou que conseguiu incluir o fim do fator previdenciário no relatório aprovado na Comissão Mista do Salário Mínimo. O projeto se encontra na Câmara aguardando votação.

Expedito: cai índice de violência em RO

Expedito Júnior (PR-RO) rechaçou críticas à política de segurança pública de Rondônia. Segundo ele, o governador Ivo Cassol “vem se empenhando fortemente para melhorar a situação difícil herdada de administrações anteriores”.

O senador disse que foi criado o Grupo Especial de Investigação e Captura, “voltado para ações profiláticas, o que demonstra a preocupação com ações de prevenção da criminalidade, característica de uma polícia moderna, que se molda em projetos de gestão de segurança pública”.

Expedito Júnior destacou a queda dos índices de crimes contra o patrimônio e a utilização de bases comunitárias, que reduziram a violência em até 70%, como ocorreu no bairro Cohab Floresta.

Camata solicita votos de pesar

Gerson Camata (PMDB-ES) requereu em Plenário dois votos de pesar, com o apoio de Renato Casagrande (PSB-ES) e Magno Malta (PR-ES), pelo falecimento da jornalista Graciele Loureiro, da Rede Gazeta de Comunicação, e do ex-deputado federal e ex-prefeito de Cariacica (ES) Aluizio Santos.

Camata lamentou profundamente a morte da jornalista, que atuava na editoria de política de *A Gazeta* e “com quem conversava sobre o Senado quase que diariamente”.

Prefeito de Cariacica por três mandatos, Aluizio Santos, que era natural de Sergipe, segundo o senador, já contava com 42% das intenções de voto para reeleição a prefeito daquele município capixaba no pleito do próximo ano.

Adulteração de leite será discutida hoje em audiência

Casagrande diz que o Senado deve apresentar sugestões visando aprimorar sistema de fiscalização. Neuto de Conto alerta para possíveis riscos à saúde do consumidor

O problema do leite contaminado com produtos nocivos à saúde será debatido hoje, a partir das 11h, por três comissões do Senado, em audiência pública. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem a realização da audiência em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O debate também terá a participação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que já havia aprovado, na semana passada, requerimento para audiência sobre o assunto.

Entre os convidados, estão o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, e os presidentes da Associação Brasileira de Produtores de Leite (Leite Brasil), Jorge Rubez, e do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), Leonardo Bessa, bem como o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita Wada. Também foi aprovada sugestão do senador Paulo Paim (PT-RS) para a inclusão de representantes do Programa de Defesa do Consumidor (Procon) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)



Na CMA, Renato Casagrande apóia requerimento para realização do debate

entre os convidados.

Providências

Na CMA, o requerimento aprovado foi o do senador Renato Casagrande (PSB-ES), para quem a Casa precisa propor providências para esclarecer cabalmente a situação do leite longa vida, bem como apresentar sugestões de aprimoramento no sistema de fiscalização do leite em geral.

Casagrande destacou que o Senado, por meio da CMA, deve solicitar providências urgentes ao Executivo em relação ao leite contaminado. E a primeira providência deve ser, segundo o parlamentar, manter o Senado

informado sobre a situação.

Preocupação

Em requerimento aprovado anteriormente na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) manifestou a preocupação com a possibilidade de a saúde da população ser afetada pela contaminação do leite com água oxigenada, e até mesmo soda cáustica, segundo notícias publicadas na imprensa.

Laudo do Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) indicou que a adulteração provoca a destruição das vitaminas A e E contidas no produto.

Subcomissão adia decisão sobre debate de resíduos

A Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos adiou para a próxima semana a votação de requerimento de audiência pública para ouvir os representantes municipais que participaram do 3º Seminário de Resíduos Recicle Sempre, promovido em São Paulo pela entidade

Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre).

Pelo requerimento, serão convidados para o debate o diretor do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre, Jairo Armando dos Santos; o diretor do Serviço de Coleta Seletiva do Departamento de Limpeza Urbana

de São Paulo, Wagner Taveira da Silva; e a representante de Nova Friburgo (RJ) do Projeto Reciclando com Arte, Tânia Caldogeno.

Essa subcomissão temporária do Senado funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Leopoldo Silva



César Borges: governo não adotou medidas para garantir suprimento

César Borges alerta para consequências da falta de gás

Lembrando que o governo federal induziu e incentivou a indústria brasileira a mudar a matriz energética de outras fontes para o gás natural, César Borges (PR-BA) alertou para as consequências da falta desse combustível para a indústria baiana.

O senador disse que o governo federal não investiu na construção de gasodutos, na prospecção e na exploração de jazidas que pudessem atender às necessidades brasileiras. Ele afirmou que a Bahia é o terceiro maior consumidor de gás do país e precisa importar do Sudeste a maior parte do produto.

Projeto impede desconto de cheque sem fundo no salário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discute hoje projeto de César Borges que proíbe descontos, nos salários dos trabalhadores – como caixas de supermercados, garçons e frentistas –, de pagamentos feitos por meio de cheques sem fundos ou cartões de crédito clonados.

O relator da proposta (PLS 194/07), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), leu seu relatório favorável na reunião da CAS do último dia 31. No texto, o senador afirma que a proposta reforça a legislação a respeito desse assunto.

Comissão de Educação realizará audiências sobre esportes radicais, Enem, Copa do Mundo, regionalização da produção de audiovisual e violência contra crianças

Jone Araújo



Cristovam Buarque (E) preside reunião da Comissão de Educação que acatou o financiamento de estágios com recursos do FAT

Comissão aprova projeto para reduzir custo do material escolar

Materiais escolares como cadernos, lápis e borrachas poderão ser isentos da tributação do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A isenção está prevista em projeto de José Agripino (DEM-RN), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE).

Ao defender sua proposta (PLS 160/07), o senador recordou que já existe isenção para o livro didático.

– Nada mais razoável do que incentivar a educação, barateando o custo dos materiais, principalmente para as famílias mais pobres – afirmou Agripino.

Em seu voto favorável ao projeto, o relator, Renato Casagrande (PSB-ES), observou que, na maior parte das vezes, a aquisição de materiais escolares depende das possibilidades financeiras

dos estudantes e de suas famílias. Casagrande apresentou emenda para retirar do projeto a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A proposta será agora examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Estágios

A CE aprovou, também ontem, outro projeto de Agripino, o PLS 177/02, que permite o financiamento de estágio remunerado em empresas e universidades com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os estágios terão a duração de seis meses, renováveis por mais um período.

O relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), aproveitou sugestões de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – autor de outro projeto que tramitava conjuntamente com o aprovado –, três emendas da CAE e acrescentou duas emendas de sua própria autoria.

Zambiasi recordou que a União Europeia vem estimulando con-

tratamento de pessoas estrangeiras com qualificação profissional. Enquanto isso, comparou, não existe ainda estímulo suficiente, no Brasil, para a formação dos trabalhadores.

Logo após a aprovação da matéria em decisão terminativa, o presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), elogiou o parecer. A proposta também contou com o apoio dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

A Comissão de Educação aprovou ainda parecer favorável ao Projeto de Resolução do Senado 20/07, de Tião Viana (PT-AC), que denomina a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) “Campus Universitário Senador Lauro Campos”. A proposta teve Cristovam como relator. Na ocasião, o presidente da CE lembrou sua convivência com Lauro Campos na Universidade de Brasília (UnB).

Autorizadas escolas técnicas no Tocantins e em Rondônia

Os municípios de Caseara (TO) e Ouro Preto do Oeste (RO) deverão sediar escolas técnicas federais. Projetos que autorizam o Poder Executivo a criá-las foram aprovados ontem pela Comissão de Educação. No Tocantins poderá ser criada a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, de acordo com projeto (PLS 233/07) de Kátia Abreu (DEM-TO), que recebeu a aprovação do relator, Gilvam Borges (PMDB-AP).

– A criação da escola técnica vai favorecer a profissionalização

de jovens e incentivar o turismo sustentável, beneficiando tanto as famílias ribeirinhas como as populações indígenas que vivem na área – ressaltou a senadora.

Já a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste foi prevista em projeto (PLS 252/07) de Expedito Júnior (PR-RO), relatado por Valdir Raupp (PMDB-RO).

Os senadores da CE aprovaram ainda o PLC 50/07, que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo, a ser comemorado em 23 de junho; e o PLS 99/07, que determina a

data de 29 de junho como Dia do Pescador Amador.

Também foram acatados dois requerimentos de audiências públicas. No primeiro, Raimundo Colombo (DEM-SC) e Wellington Salgado (PMDB-MG) propõem debate para instruir a votação de proposta que regulamenta a prática de esportes radicais ou de aventura. No segundo, Mão Santa (PMDB-PI) sugere ouvir representantes das três escolas mais bem classificadas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Preparativos para Copa de 2014 serão debatidos em audiência

Os preparativos para a realização no Brasil da Copa do Mundo de 2014 serão debatidos em audiência pública da Comissão de Educação, segundo requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovado ontem. Deverão ser convidados a participar da audiência o ministro do Esporte, Orlando Silva; o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira; e – por sugestão de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) – o ex-jogador Pelé.

Ideli sugeriu que, após promover um balanço dos resultados dos Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro, a CE deveria acompanhar passo a passo os preparativos para a Copa do

Mundo. O presidente da comissão, Cristovam Buarque, declarou ser “absolutamente favorável” à realização da Copa no Brasil. Leomar Quintanilha (PMDB-TO), por sua vez, lembrou que já se passaram muitos anos desde que o Brasil sediou o evento, em 1950.

Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que gostaria de conhecer os critérios para a definição das cidades onde serão realizados os jogos. Para o senador, Uberlândia (MG) poderia ser uma das cidades escolhidas.

A realização da Copa de 2014 no Brasil, na opinião de Valdir Raupp (PMDB-RO), só será possível porque o país passou pela “prova de fogo” de sediar o Pan.

Produção local das emissoras de rádio e TV poderá ter incentivo

Substituto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) a projeto da ex-deputada Jandira Feghali que trata da regionalização da programação das emissoras de rádio e TV estará em debate hoje.

Será a segunda audiência pública promovida pela Comissão de Educação, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, para discutir o projeto (PLC 59/03). Foram convidados a autora do projeto, que atualmente é secretária

municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia da prefeitura de Niterói (RJ), além dos presidentes da Rede Record, Alexandre Faria Raposo, da Fundação Cinema (Fundacine), Cícero Aragon, e do assessor da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura – SP) Marco Antônio Tavares Coelho Filho.

A proposta determina, entre outras medidas, que as emissoras de rádio e TV deverão preencher um mínimo de 40% de sua grade com programação voltada para a cultura regional.

Senado discute políticas contra a violência na primeira infância

O Senado vai discutir, nos dias 28 e 29 deste mês, o desenvolvimento de políticas educacionais destinadas à prevenção da violência na primeira infância. O tema, “Políticas para a primeira infância – quebrando a cadeia da violência”, será abordado na terceira edição do Fórum Senado Debate Brasil, organizado pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais da Casa.

O debate tem como objetivo criar um espaço em que sejam discutidos, em profundidade, as raízes da violência e os possíveis modos de prevenção em nosso contexto sociocultural contemporâneo. Os promotores esperam que o fórum seja uma

oportunidade para a elaboração de sugestões de políticas públicas em áreas como saúde, educação, assistência social e cultura.

Parlamentares e representantes de assembleias legislativas dos estados, do Executivo nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento social, da Presidência da República e dos governos estaduais compõem o público-alvo do evento, além de estudantes e professores universitários, organizações não-governamentais e demais interessados.

Para obter mais informações sobre o fórum ou fazer inscrições, acesse www.senado.gov.br/comunica/forumdebatebrasil/default.asp.